

An aerial photograph of a beach scene. In the upper left, a person is walking on the sand, leaving a long shadow. The beach curves along the bottom left, where turquoise waves are crashing against grey rocks. The sky is a clear, warm orange-brown color.

Relatório & Contas 2022



Relatório & Contas 2022

Golden Wealth Management – Empresa de Investimento, S.A.
Avenida da Boavista, 2427/29, 4100-135 Porto
NIPC/C.R.C. Porto 502 538 430
Capital Social 625.000 Euros

Introdução

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o relatório de gestão da atividade da Golden Wealth Management - Empresa de Investimento, S.A. (“Golden Wealth Management”), as demonstrações financeiras bem como a proposta de aplicação de resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Índice



1

Mensagem CEO

2

Indicadores 2022

3

Envolvente Económica

4

Governance

5

Atividade

6

Proposta de Aplicação de Resultados

7

Demonstrações Financeiras

1.4 B€

ATIVOS SOB ACOMPANHAMENTO

Os nossos serviços ajudam os nossos clientes a investir com mais conhecimento e informação, por isso acompanhamos 1.4B€ em ativos financeiros.

N.º 1

MAIOR ENTIDADE GESTORA INDEPENDENTE EM PORTUGAL

10º lugar entre todas as entidades gestoras de património em Portugal, de acordo com a CMVM.

Mensagem do CEO

O ano que passou foi um ano muito desafiante. Embora penalizados pelos acontecimentos do mercado conseguimos manter muita robustez nos portfólios dos nossos clientes.

Por isso, orgulhamo-nos de poder afirmar que as nossas rentabilidades superaram a concorrência e o benchmark. Mais: nos últimos 8 anos, a Golden teve o melhor desempenho do mercado do ponto de vista relativo, o que é um fator a assinalar. Igualmente notável, apesar de todos os desafios, o facto de os ativos sob acompanhamento da Golden terem crescido muito significativamente, ultrapassando agora 1.4B€.

Explicamos este marco com 2 motivos: por um lado, o reconhecimento da nossa marca; e por outro, por ser em situações de volatilidade e alguma instabilidade, que os investidores Portugueses tomam mais atenção aos seus portfólios e, aqui, a Golden surge como uma escolha natural para a gestão e acompanhamento do seu património global.

Assinalamos também, e do ponto de vista corporativo, a aquisição da Previsão (sociedade gestora de fundos de pensões do Grupo Altice Portugal). O Grupo Altice Portugal decidiu confiar à Golden a gestão do portfólio de cerca de 11.000 pensionistas, o que é um sinal de solidez, credibilidade e prestígio institucional.

Aqui chegados, mantemo-nos focados e convictos na nossa proposta de valor. Estamos conscientes da imprevisibilidade do futuro, mas sabemos que aquilo que fazemos, como fazemos e com quem fazemos, são elementos que suportam uma operação robusta e ágil, preparada para responder aos desafios dos próximos anos.

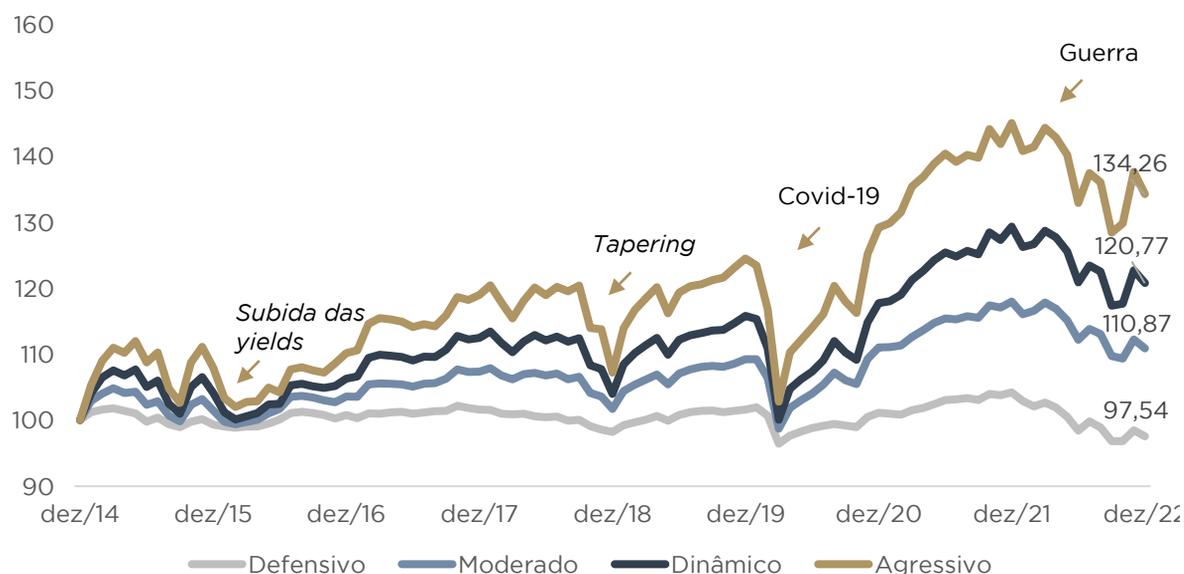
Resta agradecer, em meu nome e de todo o Conselho de Administração, a toda a nossa equipa, aos nossos clientes e parceiros, por embarcarem nesta viagem connosco.

Juntos vamos mais longe!

“A gestão do nosso património não é mais do que a gestão das nossas próprias expectativas.”

António Nunes da Silva
Presidente do Conselho de Administração

Indicadores 2022



O gráfico acima permite avaliar os níveis de volatilidade associados a cada perfil e onde a “viagem” dos movimentos reflete as oscilações de mercado e principais eventos ocorridos nos últimos anos.

A viagem pode ser atribulada, mas os resultados compensam para quem é resiliente e entende que as oscilações fazem parte do investimento, conseguindo manter o foco e uma visão de longo prazo. 2022 foi um ano difícil, mas o posicionamento e atuação da Golden ajudaram a mitigar os impactos negativos e a atenuar as correções históricas.

	Benchmark	Gestão Golden
 Perfis EUR	Defensivo	-8,7%
	Moderado	-12,0%
	Dinâmico	-12,7%
	Agressivo	-14,1%
	Ações	-17,0%
		-6,4%
		-6,0%
		-6,6%
		-7,4%
		-7,5%

A Proposta de Valor

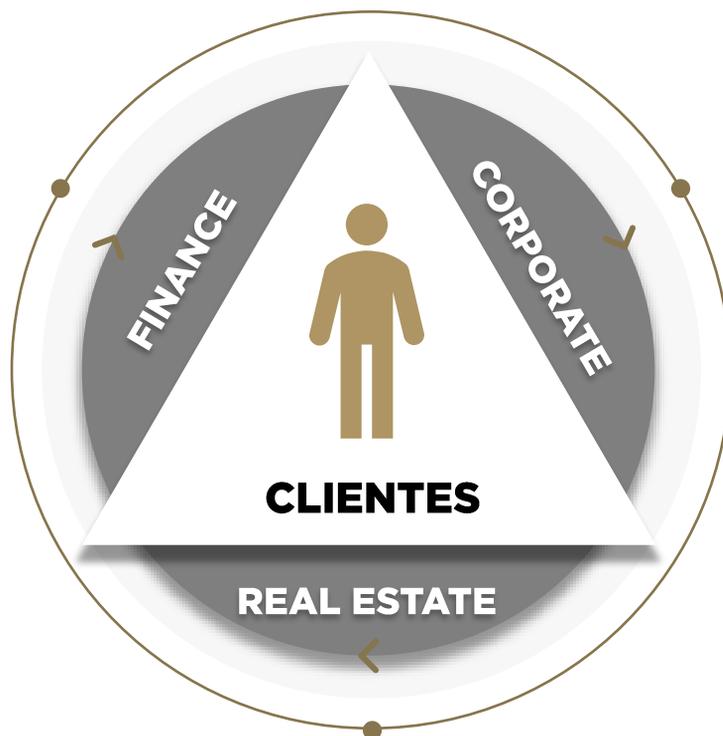
A gestão do património começa com uma simples pergunta: com quem estamos a falar? A resposta é absolutamente determinante para o sucesso.

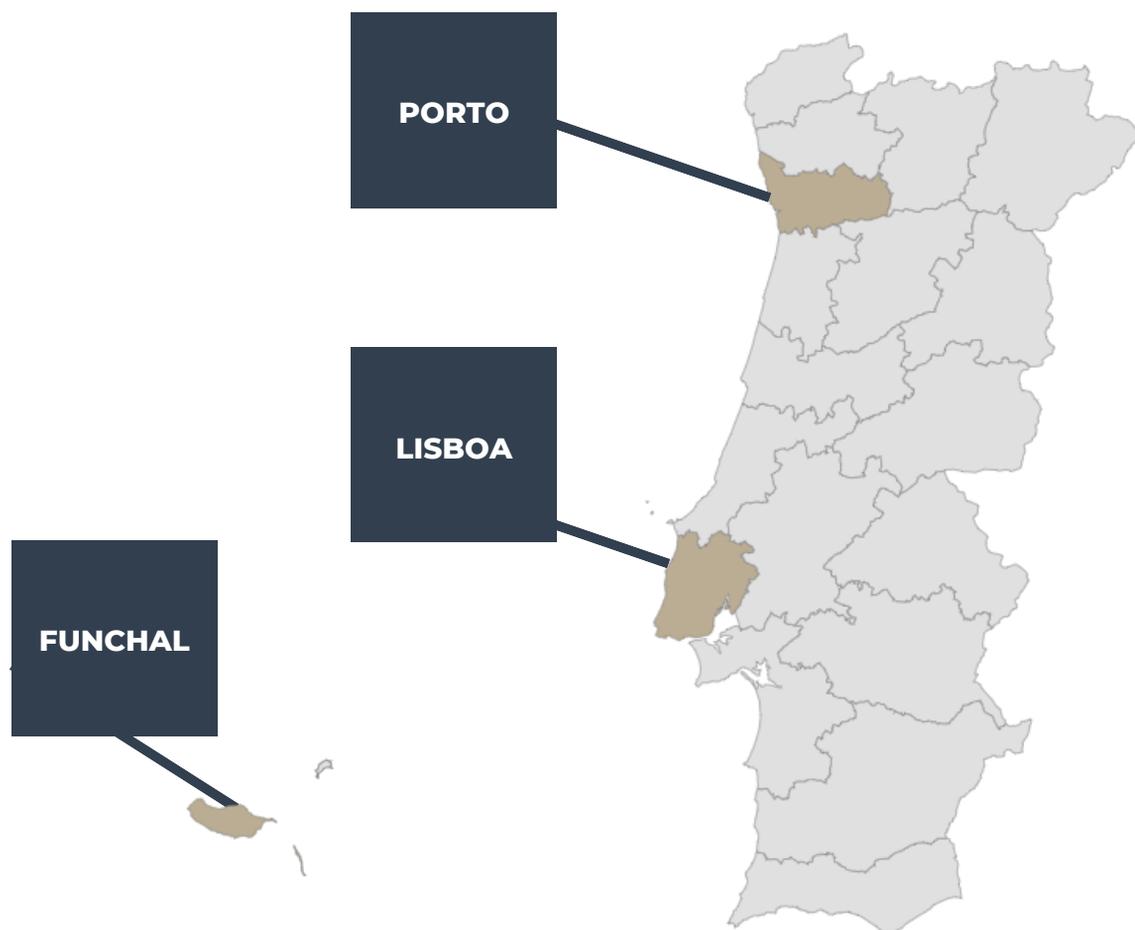
Para isso, precisamos de entender primeiro o que move cada cliente e olhar para o seu património de uma forma integrada antes de lhe apresentarmos a solução que considerarmos indicada.

Pode ser um **PPR** ou um **Fundo de Pensões**, se o que o cliente procura é simplicidade, uma solução de **Advising**,

com a interpretação de todas as relações bancárias num único extrato integrado e aconselhamento para ajudar nas decisões, de **Asset Management** se pretender delegar as decisões relativas ao património, ou de **Brokerage** com acesso direto ao trader na sala de mercado.

No caso dos investimentos nas áreas de **imobiliário** e **empresarial**, colocamos à disposição um conjunto de opções de diversos parceiros Golden que, em comum, têm o nosso acompanhamento personalizada.





3 escritórios em Portugal



Esta geografia surge como consequência da necessidade da Golden Wealth Management em estar mais perto dos seus clientes, permitindo a consolidação das competências e vantagens disponíveis em Portugal.

Traduz ainda a capacidade da empresa em se adaptar aos seus clientes e parceiros, bem como a agilidade de estabelecer equipas onde e quando são precisas.



O Nosso Ecossistema

29

**ASSET
MANAGERS**

7

**INSTITUIÇÕES
FINANCEIRAS**

8

**PARCEIROS EM
ÁREAS NÃO FINANCEIRAS**

As Nossas Pessoas

Na Golden Wealth Management, para além de pessoas experientes e especializadas, contamos com parceiros que compreendem que nenhum património financeiro se constrói de um dia para o outro.

Por isso, dedicamo-nos a pensar o presente e o futuro dos seus ativos financeiros com vista à criação de valor para todos eles.

A nossa equipa, além da disponibilidade, tem também competências técnicas específicas que lhe permite acompanhar a economia global de forma exaustiva e analisar todos os indicadores que possam contribuir para encontrar as melhores soluções para os nossos clientes, sempre com a visão holística que nos distingue.

* Dados referentes à globalidade do grupo GWM



82
Colaboradores



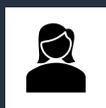
65%
Idade > 40 anos



92%
Ensino Superior



39%
Na Golden > 5 anos



34%
Mulheres

Envolvente Económica

GUERRA E TENSÕES GEOPOLÍTICAS CRESCENTES

O ano 2022 ficará, de forma incontornável, para sempre associado à invasão da Rússia à Ucrânia, na madrugada de 23 para 24 de fevereiro. Mais do que um conflito armado no leste europeu, a guerra transformou-se num combate pela democracia e colocou a questão da defesa nacional no centro político de vários países os EUA juntaram-se à Europa numa condenação conjunta do ataque, por via da adoção de pesadas sanções económicas (de forma a limitar a economia russa e a comprometer o financiamento do regime de Putin) e a NATO viu o seu papel e importância reforçados, sobretudo após Finlândia e Suécia, dois países historicamente neutros, terem demonstrado vontade de aderir à Aliança Atlântica.

Perante o apoio mundial à Ucrânia, não só em termos políticos, mas também financeiros e militares, a Rússia retaliou, limitando os fornecimentos de gás aos países da União Europeia, situação que se refletiu, quase de imediato, num disparo dos preços dos bens energéticos. Assim, com o gás em níveis máximos, os custos da eletricidade dispararam, o que colocou maior pressão nos preços e atirou a inflação para valores recorde: em outubro, a taxa de inflação superou, pela primeira vez na Zona Euro, os dois dígitos (10.2%) e atingiu o valor mais alto desde maio de 1992. Apesar de, desde então, a inflação ter recuado de forma sustentada, tanto na Europa, como nos EUA, a mesma permanece ainda em níveis historicamente altos, sendo de esperar que a mesma apenas em 2024 convirja para a meta de 2% de FED e BCE.

ATUAÇÃO DOS PRINCIPAIS BANCOS CENTRAIS MUNDIAIS

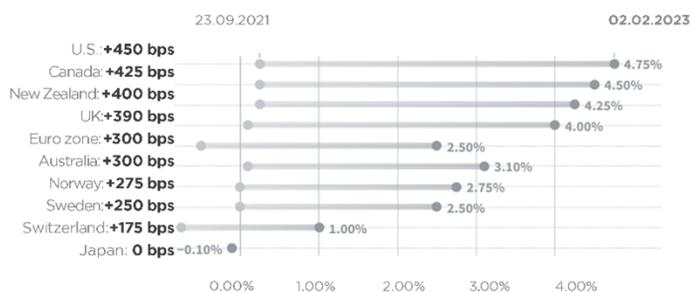
Ao longo de 2020 e 2021, anos marcados por uma crise pandémica mundial e um contexto económico extremamente desafiante, assistiu-se a massiva intervenção dos principais bancos centrais que, num esforço coordenado, implementaram um conjunto de políticas monetárias expansionistas, de forma a suster os efeitos económicos dos confinamentos e, numa segunda fase, impulsionar a retoma económica

Os bancos centrais foram globalmente bem sucedidos e a economia global registou uma notória recuperação, mas à entrada de 2022 mantinham-se as perturbações nas cadeias de fornecimento globais ainda decorrentes da pandemia Covid-19 (que se refletiram na escassez de matérias-primas e num forte aumento dos custos de transporte) às quais se adicionaram os constrangimentos decorrentes da guerra na Ucrânia. Esta conjugação acentuou as escaladas nos preços de bens e serviços que já se vinha a registar desde meados de 2021 e num subsequente descontrolo da inflação nas principais economias ocidentais.

Para responder a este acréscimo expressivo da inflação, as principais instituições de política monetária alteraram a sua retórica e assumiram uma postura agressiva para controlo do nível de preços: a 16 de março a Reserva Federal dos EUA (FED) subiu as taxas de juro de referência, pela primeira vez desde 2018, dando desde logo a entender que este seria apenas o início de um longo ciclo de aperto monetário. No conjunto do ano de 2022, a FED subiria as taxas diretoras por mais 6 vezes, num total de 425 pontos base. De notar que, na última reunião de 2022, Jerome Powell sinalizou que as taxas de referência deverão continuar a subir em 2023, para valores acima de 5%, reconhecendo serem necessárias mais evidências de que a tendência ascendente nos preços já sofreu efetivamente uma inversão, para este o ciclo de acréscimos termine. De igual forma, os números da inflação também forçaram o Banco Central Europeu (BCE) a atuar, embora mais tardiamente. Assim, a 21 de julho a instituição monetária aumentou a taxa de juro em 50 pontos base, o primeiro acréscimo em mais de dez anos. De notar que, ao longo de 2022, o BCE aumentou as taxas de referência por quatro vezes, num total de 250 pontos base – o aperto monetário mais rápido da instituição até à data. Mas FED e BCE não estiveram sozinhos na adoção de políticas monetárias crescentemente menos expansionistas / mais restritivas ao longo de 2022:

A corrida para aumentar as taxas

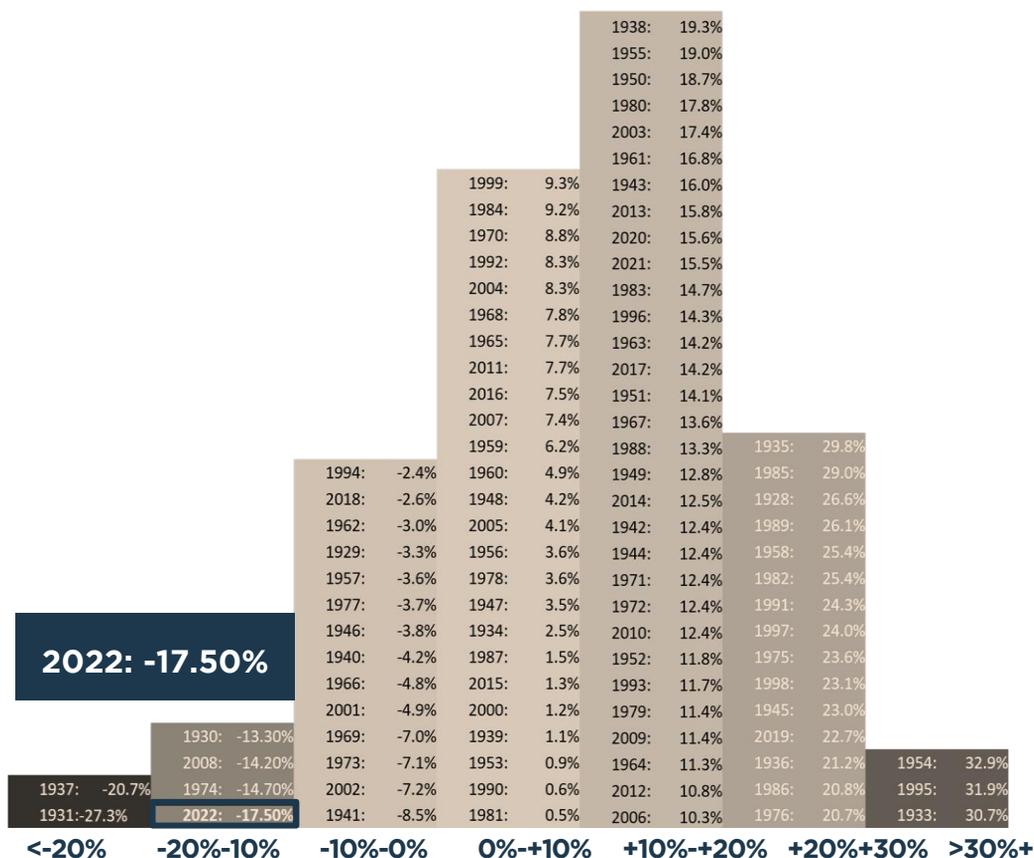
Mudança nas taxas diretoras pelos bancos centrais responsáveis pelas 10 moedas mais negociadas desde o início do ciclo de aumento de juros em setembro de 2021.



Fonte: Refinitiv Datastream | Reuters, Feb. 2, 2023 | By Vincent Flasseur

A postura dos bancos centrais, que continuaram sempre focados nas políticas de combate à inflação e sem dar qualquer sinal de recuo mesmo perante a possibilidade da entrada em recessão, acabou por influenciar negativamente o comportamento dos mercados financeiros ao longo de 2022. Com taxas de inflação em máximos de várias décadas e perante as perspetivas de desaceleração económica acentuada, o ano terminou com desvalorizações muito significativas dos principais mercados acionistas mundiais: na Europa, o Stoxx 600 registou uma queda superior a 10%, enquanto nos EUA, o Nasdaq 100 desvalorizou, aproximadamente, 30%, a queda anual mais significativa desde 2008, ano de falência da Lehman Brothers. Pior ainda foi a reação dos mercados obrigacionistas, particularmente no segmento do Tesouro, que registaram perdas sem paralelo em muitas décadas. Estas perdas muito significativas em simultâneo nos mercados acionistas e nos mercados obrigacionistas traduzem-se em que 2022 tenha sido um dos piores anos de sempre para os investidores de carteiras balanceadas:

**60/40 Portfolio S&P/US 10 Year Treasury
(Retornos Totais, 1928-2022)**



2022 MERCADO POR ABRANDAMENTO ECONÓMICO

No decurso de 2022, a economia mundial foi fustigada por vários choques que atenuaram o ritmo de crescimento e continuarão a pesar sobre as perspetivas mundiais.

Na zona euro, a desaceleração da atividade económica em 2022 foi impulsionada pelo abrandamento da procura e pelo início de um ciclo de política monetária restritiva no início de 2022. Ainda assim, a flexibilização das restrições relacionadas com a pandemia e dos estrangulamentos na cadeia de abastecimento desde a primavera, juntamente com a queda dos preços dos produtos energéticos, apoiou, em parte, a atividade da região, evitando abrandamentos mais significativos. No conjunto do ano, o produto interno bruto (PIB) da zona euro cresceu 3.4%, suportado sobretudo por um mercado de trabalho robusto (a taxa de desemprego permanece nos 6.6%, próxima do nível mais baixo desde 1998) e níveis elevados de poupanças acumuladas pelas famílias durante a pandemia. Acresce mencionar que, no ano, as pressões sobre os preços continuaram elevadas, num contexto de procura ainda relativamente robusta e de manutenção de preços altos no segmento de produtos alimentares. Ainda assim, espera-se que estas pressões continuem a diminuir, de forma gradual, com a estabilização dos mercados de matérias-primas e o enfraquecimento do crescimento. De notar que, após o pico registado em outubro, a inflação recuou, em dezembro, para 9.2%, principalmente na sequência da menor inflação dos preços dos produtos energéticos. Para 2023, não obstante a manutenção dos atuais desafios à evolução da atividade económica da área do euro, espera-se uma contração da atividade relativamente curta e superficial, limitada pela atual resiliência do mercado de trabalho e medidas orçamentais adicionais para amortecer o impacto da subida dos preços dos produtos energéticos nos consumidores e nas empresas, no curto prazo.

Nos EUA, após dois trimestres de contração moderada, a economia regressou ao crescimento, mas a procura interna subjacente permaneceu fraca. No ano, a economia norte-americana expandiu 2.1%, um valor que representa menos de metade da leitura de 5,9% do ano de 2021. Numa análise prospetiva, antecipa-se que a procura interna permaneça moderada, uma vez que a inflação elevada e as condições financeiras mais restritivas continuam a reduzir o rendimento disponível real das famílias e a restringir o consumo privado, enquanto uma queda acentuada do início da construção de novas habitações associada a uma menor acessibilidade dos preços da habitação e à subida das taxas hipotecárias deverá pesar sobre o investimento residencial.

Em dezembro, a inflação abrandou mais do que o esperado, situando-se em 6.5%, mas espera-se que permaneça mais persistente em 2023 devido à pressão em sentido ascendente da inflação dos preços dos serviços (por exemplo, rendas elevadas).

Últimas projeções de crescimento do World Economic Outlook

	Estimativas	Projeções	
	2022	2023	2024
(real GDP, annual percent change)			
World Output	3.4	2.9	3.1
Advanced Economies	2.7	1.2	1.4
United States	2.0	1.4	1.0
Euro Area	3.5	0.7	1.6
Germany	1.9	0.1	1.4
France	2.6	0.7	1.6
Italy	3.9	0.6	0.9
Spain	5.2	1.1	2.4
Japan	1.4	1.8	0.9
United Kingdom	4.1	-0.6	0.9
Canada	3.5	1.5	1.5
Other Advanced Economies	2.8	2.0	2.4
Emerging Market and Developing Economies	3.9	4.0	4.2
Emerging and Developing Asia	4.3	5.3	5.2
China	3.0	5.2	4.5
India	6.8	6.1	6.8
Emerging and Developing Europe	0.7	1.5	2.6
Russia	-2.2	0.3	2.1
Latin America and the Caribbean	3.9	1.8	2.1
Brazil	3.1	1.2	1.5
Mexico	3.1	1.7	1.6
Middle East and Central Asia	5.3	3.2	3.7
Saudi Arabia	8.7	2.6	3.4
Sub-Saharan Africa	3.8	3.8	4.1
Nigeria	3.0	3.2	2.9
South Africa	2.6	1.2	1.3
Memorandum Emerging Market and Middle-Income Economies	3.8	4.0	4.1
Low-Income Developing Countries	4.9	4.9	5.6

Fonte: IMF, World Economic Outlook Update, Janeiro 2023

Nota: Para a Índia, os dados e previsões são apresentados com base no ano fiscal, com o FY 2022/23 (iniciando em abril de 2022) mostrado na coluna de 2022. As projeções de crescimento da Índia são de 5,4% em 2023 e 6,8% em 2024, com base nessas informações.

POLÍTICA INTERNACIONAL

No Reino Unido, Boris Johnson demitiu-se da liderança do governo britânico e do partido conservador lançando o país numa das maiores crises políticas das últimas décadas. Seguiu-se Liz Truss, que permaneceu no cargo apenas 45 dias.

A 24 de outubro, Rishi Sunak foi o escolhido pelos deputados partido conservador como único candidato para suceder a Truss e assumir o cargo de primeiro-ministro do Reino Unido, num período particularmente desafiante para o país: nos últimos meses, tem-se assistido a um enfraquecimento das perspetivas para a atividade económica, num contexto em que a elevada inflação, as condições financeiras restritivas, o aumento do custo dos empréstimos hipotecários e a consequente debilidade do mercado imobiliário, estão a travar o consumo e o investimento privado de forma significativa. Em 2022, a economia do Reino Unido cresceu 4%, desacelerando após um crescimento de 7.6% em 2021, mas evitando, ainda assim, uma recessão técnica.

Paralelamente, a manutenção das pressões salariais está a contribuir para a persistência da inflação interna, com as pressões nos níveis de preços a demonstrarem-se mais resistentes do que o inicialmente esperado pelas autoridades políticas e monetárias. Nesse sentido, o Banco de Inglaterra (BoE) continua a acompanhar de perto os dados de inflação, a par do crescimento dos salários, as duas mais importantes variáveis para a definição do curso da política monetária. Em 2022, o BoE aumentou a taxa de juro de referência por 7 vezes, num total de 350 pontos base, mantendo, para 2023, uma atitude hawkish na contenção das pressões inflacionistas, o que se deverá traduzir numa política monetária restritiva, pelo menos na primeira metade do ano.

CHINA

A primeira metade do ano, na China, foi marcada por inúmeras vagas de infeções por Covid-19, o que levou as autoridades políticas do país a estenderem as rígidas medidas de contenção da doença, com impactos negativos na evolução económica e no dinamismo do mercado interno.

Contudo, em dezembro, o governo chinês inverteu inesperadamente a sua política de “Covid Zero” e levantou a maior parte das restrições associadas à pandemia.

Adicionalmente, as políticas de apoio anunciadas pelo governo do país, no final de 2022, estão a revelar-se na resiliência do investimento em infraestruturas e no crescimento do crédito. De notar, ainda, que o Banco Central da China permanece comprometido com a adoção de medidas que promovam a recuperação económica em 2023, anunciando que trabalhará no sentido de reduzir os custos de financiamento de famílias e empresas, ajudando a expandir o consumo. Assim, e ainda que se espere que, numa primeira fase, o impulso da reabertura da economia seja ligeiro, com a melhoria do sentimento dos consumidores e dada a expectativa de que se assista a uma rápida recuperação do consumo interno, durante o primeiro semestre deste ano, o ano de 2023 deverá ser marcado por uma significativa aceleração do crescimento da economia chinesa, depois de em 2022 o PIB do país ter abrandado para 3%, ficando aquém da meta de 5.5% definida pelas autoridades de Pequim.

PORTUGAL

A economia portuguesa enfrentou vários desafios durante 2022, incluindo, nos primeiros meses do ano, a crise pandémica Covid-19, que obrigou a manutenção de algumas medidas de confinamento da população, e a incerteza política, num ano marcado por eleições legislativas antecipadas.

No aspeto político, a 30 de janeiro, o PS vence as eleições legislativas com maioria absoluta. Rui Rio anuncia a sua saída do PSD e o CDS deixa de ter representação parlamentar. Contudo, aos longo de quase nove meses de governação, sucederam-se os casos e polémicas, todos gerados dentro do próprio Executivo.

Do ponto de vista económico, no conjunto de 2022, o PIB de Portugal registou um crescimento de 6.7%, o mais expressivo desde 1987, impulsionado pela aceleração do consumo privado e pela resiliência demonstrada pelo mercado laboral: em 2022, a taxa de desemprego ascendeu a 6%, evidenciando uma queda face ao ano anterior. De notar que o setor do turismo, um dos principais pilares da economia portuguesa, apresentou uma recuperação expressiva durante o ano: No conjunto do ano (dados preliminares), os proveitos do setor do alojamento turístico cresceram 115%, em resultado de um crescimento de mais de 80% no número de hóspedes e no número de dormidas.

Por fim, uma nota para o setor imobiliário que, em 2022, se manteve dinâmico, com o crescimento das transações imobiliárias a comprovar a resiliência do setor, mesmo num cenário de incerteza e de muitos desafios.

De notar que, mesmo num cenário de aumento da inflação e de subida significativa nas taxas de juro, com impactos diretos no custo de vida das famílias e no seu rendimento disponível, a procura por habitação permaneceu robusta, superando inclusive os níveis de oferta existente, sobretudo nos principais centros urbanos. Os preços das casas em Portugal continuaram a subir e os dados mais recentes (da Confidencial Imobiliário) revelam que, em 2022, as casas à venda ficaram quase 19% mais caras, face ano anterior (registando, assim, o maior aumento desde 1991).

Em 2023, dada a subida dos juros nos empréstimos da casa, e devida ao menor poder de compra devido à alta inflação que se faz sentir, a procura de casas poderá enfraquecer e, por conseguinte, abrir caminho para uma ligeira correção no crescimento dos preços e do número de transações.

Governance

1. ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO, COMPOSIÇÃO ACIONISTA, DIREITO DE VOTO, TRANSMISSÃO DE AÇÕES E REGULAÇÃO

No setor financeiro, o grupo Golden é composto pelas 4 empresas principais, Golden Wealth Management – SGPS, S.A. (“GWM”), Golden Broker – Empresa de Investimento, S.A. (“Golden Broker”), Golden Wealth Management – Empresa de Investimento, S.A. (“Golden Wealth Management”) e SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“SGF”). Além disso, existem 2 empresas que complementam o leque de serviços disponíveis, que são a Golden Wealth Management Real Estate, Mediadora Imobiliárias, Unipessoal, Lda. e a Golden

Wealth Management Corporate Unipessoal, Lda.

Em final de 2022, depois de obtida a devida autorização do supervisor, há a assinalar que o capital social da SGF passou a ser detido a 90,72% pela holding, tendo sido incorporado nesta última a sociedade gestora de fundos de pensões Previsão, entretanto adquirida pela holding.

No quadro seguinte detalha-se a composição acionista da Golden:

Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira	52,80%
BAOBÁ – Investimentos Lda. (de António José Nunes da Silva)	20,00%
Goalshare, Lda. (de Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho)	8,00%
Vasco Alexandre Marques de Freitas	8,00%
MZS – Participações, Imóveis e Serviços Lda. (de Alfredo Manuel Pinto Menezes)	1,60%
Grups, S.A. (de Joaquim Pedro Almeida Costa)	9,6%



A GWM SGPS funciona como holding e entidade consolidante, todas as atividades operacionais são realizadas pela Golden Wealth Management, respetivamente consultoria e gestão de carteiras, pela Golden Broker, respetivamente consultoria, gestão de carteiras, registo e depósito de valores mobiliários, receção, transmissão e execução de ordens por conta de terceiros, e pela SGF, respetivamente gestão de fundos de pensões. A seguir, detalha-se a estrutura orgânica da GWM SGPS, Golden Wealth Management e da Golden Broker, sendo que para o detalhe da SGF deverá ser consultado o respetivo Relatório & Contas.

A GWM SGPS, Golden Wealth Management e Golden Broker têm o seu capital social integralmente subscrito e realizado, representado ações nominativas tituladas ou escriturais cada uma com o valor nominal de 5 euros, todas com os mesmos direitos e deveres e não admitidas à negociação.

Não existem limites estatutários ao exercício de voto, sendo que, para a Golden Wealth Management, a cada 100 ações é atribuído um voto e o titular deverá ter as ações averbadas em seu nome. Igualmente não existem acordos parassociais que limitem o exercício de voto. No caso da Golden Broker e GWM, a cada mil euros é atribuído um voto.

Quanto à transmissibilidade das ações, existe um direito de preferência estatutário pelos acionistas na situação de transmissão entre vivos, exceto se o transmitente ou transmissário for a própria sociedade. Este direito de preferência cessará se e quando a sociedade tiver o capital aberto a investimento público.

Não existem acordos parassociais que limitem a transmissibilidade de ações.

A Golden Wealth Management e a Golden Broker são consideradas empresas de investimento, estando autorizadas, registadas e supervisionadas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (“CMVM”).

A SGF está autorizada, registada e supervisionada pela ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

De acordo com a lei, a Golden Wealth Management e a Golden Broker fazem parte do Sistema de Indemnização aos Investidores.

2. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES/COMITÉS

A GWM SGPS (GWM), a Golden Wealth Management e a Golden Broker têm como órgãos sociais estatutários a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal (no caso da GWM, Fiscal Único). O mandato dos órgãos sociais é de 4 anos e simultâneo.

2.1. ASSEMBLEIA GERAL

As Assembleias Gerais quanto à sua convocação e funcionamento regem-se pelo disposto nas regras gerais de direito aplicáveis às sociedades anónimas, existindo uma Mesa da Assembleia Geral composta por um Presidente e por um Secretário. O exercício do direito de voto foi mencionado anteriormente. Quanto às deliberações acionistas que só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, na Golden Wealth Management está estatutariamente previsto que a dissolução da sociedade necessita do voto de acionistas que representem mais de dois terços do capital social (na Golden Broker e na GWM não existe este limite estatutário).

Nos termos da lei geral, a Assembleia Geral é dirigida pela Mesa da Assembleia Geral, sendo esta composta pelo Presidente (Dr. Miguel Duarte Gonçalves Brás da Cunha) e pelo Secretário (Dra. Mariana da Silva Esteves).

2.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para o Conselho de Administração, as três sociedades adotaram uma estrutura de governo de natureza monista, em que o órgão de administração é exclusivamente o Conselho de Administração e que é composto por um Presidente e por vários vogais (um a seis, no caso da Golden Wealth Management e da GWM, ou pelo menos dois no caso da Golden Broker). Os membros do Conselho de Administração são eleitos e substituídos pela Assembleia Geral, de acordo com as normas gerais do Código das Sociedades Comerciais, e com observância do regime especial previsto no Código dos Valores Mobiliários que impõe, nomeadamente, a aprovação prévia dos membros pela Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários. Dando cumprimento aos deveres impostos pelo Código dos Valores Mobiliários, existe uma Comissão de Seleção, Avaliação e Remuneração (CSAR) para os membros dos órgãos sociais, abrangendo os membros do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração são os que a seguir se identificam, assinalando o respetivo percurso profissional:

António Nunes Da Silva

Presidente do Conselho de Administração

Desde 2017

Administrador não executivo da SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões S.A.

Desde 2016

Presidente do Conselho de Administração das empresas GWM, SGPS, S.A., Golden Wealth Management-SGP, S.A. e Golden Broker, S.A.

2004-2013 – Barclays Bank

- 2013 Head of Distribution Portugal, Espanha, França, Itália e Emirados Árabes Unidos European Retail and Business Bank (EMERBB) | Membro da Comissão Executiva Ibérica
- 2012 Chief Sales Officer Iberia (Espanha e Portugal) | Membro da Comissão Executiva Ibérica
- 2010-2012 Chief Marketing & Sales Officer Portugal | Membro da Comissão Executiva Portugal
- 2004-2010 Chief Sales Officer Portugal | Membro da Comissão Executiva Portugal

2001-2004 – Banco Comercial Português

- Diretor

1991-2001 – Banco Pinto & Sottomayor

- 1995-2001 Diretor Comercial e Diretor Regional
- 1991-1995 Diretor de Agência

Sérgio Silva

Administrador

Desde 2000

Chief Investment Officer da Golden Wealth Management

Desde 2013

Administrador das empresas GWM, SGPS, S.A., Golden Wealth Management-SGP, S.A. e Golden Broker, S.A.

2007 - Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG),

Professor Auxiliar Convidado na disciplina de “Produtos e Mercados de Dívida” do curso de Mestrado em Finanças e a disciplina “Derivados de Taxa de Juro” do curso pós-graduação em Análise Financeira do IDEFE.

2006 - Bolseiro FCT

2000-2006 - Universidade Portucalense – Infante D. Henrique

Professor Auxiliar Convidado (Departamento de Economia), nas disciplinas de “Mercados Financeiros” (desde 1997), “Econometria” (desde 1999); “Instrumentos Financeiros Derivados” e “Finanças Internacionais” (desde 2004).

2001-2006 - Instituto Superior de Administração e Gestão (ISAG)
Professor Adjunto convidado, na disciplina de “Mercados Financeiros” da licenciatura de gestão, e do módulo “Avaliação de Instrumentos Financeiros” da Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças

João Correia De Matos

Administrador

Desde 2003

Chief Legal Officer e Administrador das empresas GWM, SGPS, S.A., Golden Wealth Management-SGP, S.A. e Golden Broker, S.A.

2012-2013 - PME Investimentos – Sociedade de Investimento, S.A.

Administrador no Conselho de Administração

2005-2013 - InovCapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A

Administrador no Conselho de Administração

2003-2005 - Opex – Sociedade Gestora de Mercado de Valores Mobiliários, S.A

Vogal da Direção

1998-2002 - Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A

Presidente e depois Vice-Presidente do Conselho de Administração da Interbolsa

2000-2002 - European Central Securities Depositories Association

Auditor e depois Vice-Presidente

1995-1998 - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)

Vogal do Conselho Diretivo

1988-1995 - Bolsa de Valores do Porto (BVP)

Jurista e a partir de final de 1990 Diretor de Operações

2.3. CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal tem um mandato de duração idêntico ao dos restantes órgãos sociais, e os seus membros (Presidente, dois vogais, idênticos e um Suplente), são os que a seguir se identificam, assinalando o respetivo percurso profissional:

Pedro Pimentel

Presidente do Conselho Fiscal

Desde 2003 -AESE

Membro da Direção e CFO, responsável pelas atividades no Porto e pela relação com a ASM (Angola School of Management - Angola)

2015-2019 - BCG

Administrador Independente; Presidente da Comissão de Risco.

2013-2016 - Caixa Geral de Depósitos, SA

Vogal, não executivo, do Conselho de Administração; Membro da Comissão de Risco.

1997-2002 - PRIME - Consultores de Empresas

Diretor Geral

Cargos Académicos:

- Diretor do Programa PADE da AESE (1997-2002)
- Membro do Comité para MBA Executivo do EFMD.
- Assistente da Área de Produção e Sistemas da Unidade de Engenharia da Universidade do Minho (1987-1989)
- Assistente Estagiário da Faculdade de Engenharia, Departamento de Engenharia Mecânica, da Universidade do Porto (1983-1987)

1997 - Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa

Doutoramento em Economia

1987 - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Mestrado em Engenharia Estrutural

1983 - Escola Técnica Superior de Engenheiros Aeronáuticos da Universidade

Politécnica de Madrid

Licenciatura em Engenharia Aeronáutica

André Miranda

Vogal do Conselho Fiscal

Desde 2018 - Pinto Ribeiro, Miranda, André, Antunes & Associados - Sociedade de Advogados SPRL

Sócio fundador e administrador.

2013-2018

Fundador da André, Miranda e Associados, da qual foi sócio administrador

2011-2013

Advocacia em prática individual.

2010-2011 - Ministério da Justiça

Diretor na Direção-Geral da Política de Justiça, com responsabilidade pela direção e coordenação do Planeamento Legislativo do Ministério da Justiça e das Estatísticas da Justiça.

2005-2010 - Ministério dos Assuntos Parlamentares
Chefe do Gabinete do XVIII Governo Constitucional e adjunto e Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros do XVII Governo Constitucional

Desde 2005 - Ordem dos Advogados

2003-2008 - Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa
Licenciatura e Mestrado em Direito

Outros cargos

- É membro da International Bar Association (IBA).
- É árbitro no Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD).

Maria Do Céu Godinho

Vogal do Conselho Fiscal

ROC inscrito na OROC com o nº 1420 e na CMVM com o nº 20161030
Contabilista Certificado inscrito na OCC com o nº 3278

Desde 2010

Partner da Mc Godinho & Associados, SROC, Lda.

Desde 2014

Consultor financeiro e fiscal na sociedade de advogados MBS Advogados

De 2007-2010

Manager da Auren Auditores Associados, SROC, S.A.

De 1996-2007

Exercício de funções de auditoria nem como de contabilista certificado em várias sociedades

Licenciatura em Auditoria pelo IPA, Licenciatura em Contabilidade e Administração pelo ISCAL, Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa;
Pós-Graduação em Contencioso Administrativo e Fiscal, Pós-Graduação em Fiscalidade, Pós-Graduação em Corporate Finance, todas pela Faculdade de Direito de Lisboa

Paulo Magalhães E Silva

Suplente do Conselho Fiscal

Desde 2002 - Magalhães e Silva, Velloso Ferreira, Brochado e Associados

Advogado da sociedade de advogados desde a constituição em 2002, de que foi fundador e é sócio administrador.

Desde 1990 - Ordem dos Advogados

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Portucalense Infante D. Henrique

2.4. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O Revisor Oficial de Contas é a Luís Miguel Damas & Associados - SROC, Lda. (membro da Allinial), representada por Luís Miguel Damas, tendo como suplente José Carlos Nogueira Faria e Matos

2.5. COMISSÕES / COMITÉS

As Comissões/Comités existentes resultam de deliberação aprovada pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração.

a. Comissão de Seleção, Avaliação e Remunerações

Na Golden Wealth Management e na Golden Broker, a Comissão de Seleção, Avaliação e Remunerações (“CSAR”), o qual faz parte do documento “Política Interna de Seleção, Avaliação da Adequação e de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais” aprovada pelas respetivas Assembleias Gerais em março de 2016.

Os membros dos órgãos os sociais abrangidos pela CSAR são os Administradores e Conselho Fiscal, bem como, para os titulares de funções essenciais, o responsável do Compliance e do controlo de risco. A CSAR é composta por 3 membros, respetivamente o Presidente, Pedro Quintela (independente), e dois vogais, Fernando Pereira e Alfredo Pinto Menezes (ambos acionistas) e o seu modo de funcionamento está descrito no documento anteriormente mencionado, sendo as reuniões formalizadas em atas assinadas pelos presentes. Este documento é divulgado em cada Relatório de Gestão anual, podendo ser consultado diretamente através do site na internet de cada empresa.

A CSAR tem as seguintes competências:

- a) Proceder à seleção e avaliação previstas na “Política Interna de Seleção, Avaliação da Adequação e de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais”;
- b) Proceder à fixação da remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização tendo presente a política constante do documento anterior;
- c) Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração e/ou a Assembleia Geral no preenchimento das vagas ocorridas nos órgãos sociais e/ou na chefia das áreas essenciais da empresa;
- d) Auxiliar o Conselho de Administração no processo de avaliação e de fixação das remunerações dos responsáveis das áreas essenciais da empresa.

b. Comitê de Investimentos

Na Golden Wealth Management e na Golden Broker existe o Comitê de Investimentos, que é um órgão interno criado por deliberação do Conselho de Administração. As competências, modo de funcionamento e composição estão definidos em documento próprio denominado "Termos de Referência". O Comitê de Investimentos, num total de 11 elementos, é presidido pelo Administrador com a supervisão dos Investimentos (CIO - Chief Investment Officer) e é composto por mais 8 membros da Golden, sendo um o Administrador com a supervisão do Comitê de Riscos Globais e por 7 responsáveis das várias áreas da empresa; além destes e com o objetivo de dotar o Comitê com a melhor informação disponível, o Comitê de Investimentos conta ainda com 2 membros externos especialistas em forex e commodities. O Comitê de Investimentos reúne ordinariamente todas as semanas, podendo haver reuniões extraordinárias se as circunstâncias assim o determinarem. Todas as reuniões são formalizadas em atas assinadas pelos presentes. Em 2022, o acompanhamento dos mercados pelo Comitê de Investimentos motivou a realização de 104 reuniões.

O Comitê de Investimentos tem as seguintes competências:

- a) Analisar e discutir os dados macroeconômicos;
- b) Analisar e discutir a evolução dos mercados;
- c) Decidir a alocação de ativos (asset allocation), de acordo com as subclasses consideradas na definição dos respectivos benchmarks;
- d) Validação da materialização do asset allocation nas carteiras-tipo por perfil de risco;
- e) Comparação do asset allocation com um grupo alargado de empresas de investimento de referência, nacionais e internacionais;
- f) Apreciar e decidir novas ideias de investimento;
- g) Acompanhar as ideias de investimento em curso;
- h) Analisar e decidir novas estratégias de investimento no âmbito da gestão de carteiras;
- i) Analisar as rentabilidades mensais das carteiras-tipo por perfil de risco, incluindo a comparação com os respectivos benchmark e concorrência;
- j) Analisar as rentabilidades mensais das estratégias de investimento sob gestão, por perfil de risco, incluindo a comparação com os respectivos benchmark e concorrência;
- l) Definição dos temas a abordar no âmbito da atividade de aconselhamento financeiro;
- m) Apreciar outros assuntos que sejam propostos pelo Conselho de Administração

3. COMPLIANCE, PREVENÇÃO DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

As matérias relativas ao Compliance e à Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo são de importância fundamental, em especial para as entidades que atuam no setor financeiro.

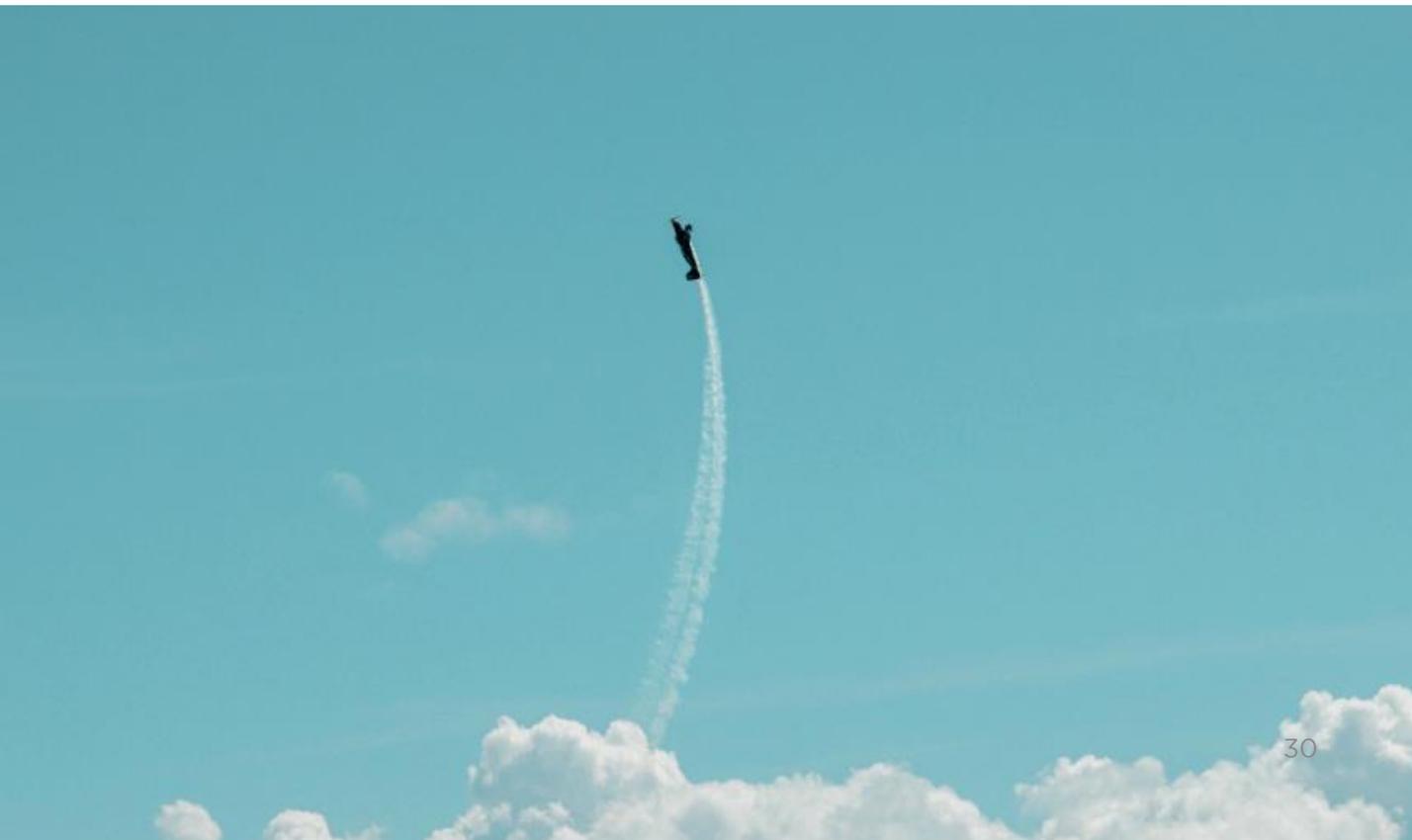
Neste âmbito, a Golden Wealth Management e a Golden Broker cumprem com os seguintes procedimentos:

- a) Existe um Regulamento Interno, aplicável a todos os membros dos órgãos sociais e colaboradores, que define nomeadamente regras de conduta, diligência profissional, confidencialidade, prevenção de conflitos de interesse, prevenção de operações de branqueamento de capital, organização interna (abrangendo a indicação de Responsável pelo Sistema de Controlo de Cumprimento (Compliance), e a criação de um Sistema de Controlo Interno) e o tratamento das reclamações de clientes.
- b) É elaborado anualmente e enviado para as entidades reguladoras, um Relatório de Controlo Interno, onde nomeadamente se descreve a estratégia de negócios prosseguida, a organização interna com indicação das áreas funcionais, unidades de estrutura relevantes e respetivos responsáveis, medidas tomadas para corrigir ou prevenir eventuais deficiências detetadas, bem como a gestão de risco implementada inerente às atividades de gestão de carteiras.
- c) É elaborado anualmente e enviado para as entidades reguladoras, um relatório específico sobre o sistema de controlo interno para a prevenção do branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo.
- d) É elaborado anualmente e enviado as entidades reguladoras, um questionário de autoavaliação em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo.

Atividade

A Golden Wealth Management continua a exibir uma estrutura financeira sólida já que termina o ano de 2022 com um rácio de fundos próprios totais de 24,48%.

Nos termos da regulamentação aplicável, à data de 31 de dezembro de 2022 os requisitos de fundos próprios mínimos da Golden Wealth Management eram de 641.842 Euros, sendo que o nível de fundos próprios apurados foi de 1.964.247,87 Euros, o que implica um excesso de fundos próprios de 1.322.406,04 Euros.



Proposta de Aplicação de Resultados

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe a aplicação do resultado líquido de 56.844,62 Euros da seguinte forma: 6.844,62 Euros para Reserva Legal e 50.000 Euros para distribuição de dividendos.

GOLDEN WEALTH MANAGEMENT - EMPRESA DE INVESTIMENTO, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E
 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores Expressos em Euros)

	Notas	2022	2021
Juros e rendimentos similares		5 567	2 550
Juros e encargos similares		-	(695)
Margem financeira		5 567	1 855
Rendimentos de instrumentos de capital			
Rendimentos de serviços e comissões	11	4 456 197	4 984 923
Encargos com serviços e comissões	12	(1 498 143)	(1 763 218)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		(6 425)	(3 420)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda		-	-
Resultados de reavaliação cambial		10 039	22 458
Resultados de alienação de outros ativos		-	-
Outros resultados de exploração	16	241 977	63 183
Produto bancário		3 209 212	3 305 781
Custos com o pessoal	13/14	(1 442 019)	(1 178 380)
Gastos gerais e administrativos	15	(1 606 343)	(1 412 584)
Amortizações do exercício	5	(58 864)	(51 899)
Provisões líquidas de reposições e anulações		-	(42 326)
Correções			-
Imparidade de outros ativos financeiros			-
Imparidade de outros ativos líquida de reversões			-
Resultado antes de impostos		101 986	620 592
Impostos			
Correntes		(45 142)	(94 126)
Resultado após impostos		56 845	526 466
Resultado por ação	18		
Básico		0,45	4,21
Diluído		0,45	4,21

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN WEALTH MANAGEMENT - EMPRESA DE INVESTIMENTO, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E OUTROS RENDIMENTOS
 INTEGRAL
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores Expressos em Euros)

	Notas	31-12-2022	Ano anterior (31-12-2021)
Resultado líquido do exercício		56 845	526 466
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		0	0
Rendimento integral do exercício		56 845	526 466

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração do rendimento integral.

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN WEALTH MANAGEMENT - EMPRESA DE INVESTIMENTO, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores Expressos em Euros)

	31/12/2022	Ano anterior (31-12-2021)
Atividades Operacionais:		
Juros, comissões e rendimentos recebidos	5 272 118	5 488 628
Juros, comissões e encargos similares pagos	(2 343 671)	(3 383 882)
Pagamentos ao pessoal	(1 692 564)	(1 128 601)
Recebimentos/(pagamentos) de impostos	(323 229)	31 418
Resultados de reavaliação cambial	5 974	21 695
Outros recebimentos e pagamentos de exploração	(1 445 367)	(368 979)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos operacionais	(506 507)	660 279
Diminuições/(aumentos) em		
Ativos financeiros disponíveis para venda	(3 305)	-
Aplicações em instituições de crédito	-	-
Outros ativos	-	-
Fluxo líquido proveniente dos ativos operacionais	(3 305)	-
Aumentos/(diminuições) em		
Outros passivos	-	-
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	-	-
Fluxo das atividades operacionais (1)	(509 812)	660 279
Atividades de Investimento:		
Diminuições/(aumentos) de ativos intangíveis	(33 615)	(52 639)
Diminuições/(aumentos) de outros ativos tangíveis	(43 783)	(50 082)
Fluxo das atividades de investimento (2)	(77 398)	(102 721)
Atividades de Financiamento:		
Distribuição de dividendos	(473 819)	-
Fluxo das atividades de financiamento (3)	(473 819)	-
Aumento/(diminuição) de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(1 061 029)	557 558
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	1 667 985	1 110 427
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	606 956	1 667 985

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN WEALTH MANAGEMENT - EMPRESA DE INVESTIMENTO, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores Expressos em Euros)

Nota	Capital	Outros instrumentos de capital	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total dos capitais próprios
	500 000	125 000	1 590 853	(321 183)	1 894 670
	-	-	-	-	0
	-	-	-	-	0
10	125 000	(125 000)	(321 183)	321 183	0
	-	-	-	-	0
	625 000	0	1 269 670	526 466	526 466
				526 466	2 421 136
					0
					0
					0
10			52 647	(52 647)	0
				56 845	56 845
				(473 819)	(473 819)
	625 000	-	1 322 317	56 845	2 004 163

Saldo em 1 de janeiro de 2021

Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda
 Aplicação do resultado do exercício de 2020
 Transfêrencia para reservas e resultados transitados
 Conversão de prestações suplementares
 Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021
Saldo em 31 de dezembro de 2021

Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda

Conversão de prestações suplementares
 Aplicação do resultado do exercício de 2021
 Transfêrencia para reservas e resultados transitados
 Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
 Distribuição dividendos 2021
Saldo em 31 de dezembro de 2022

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN WEALTH MANAGEMENT - EMPRESA DE INVESTIMENTO, S.A.
 ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores Expressos em Euros)

DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

	2022	2021
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 730	1 389
Disponibilidades em outras instituições de crédito	605 226	1 666 596
Caixa e seus equivalentes	606 956	1 667 985
Aplicações da Sociedade em instituições de crédito	-	-
Disponibilidades constantes do balanço	606 956	1 667 985

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não existiam aplicações da Sociedade em instituições de crédito.

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Anexo às Demonstrações Financeiras

NOTA INTRODUTÓRIA

A GOLDEN WEALTH MANAGEMENT - EMPRESA DE INVESTIMENTO, S.A. (adiante designada por “GOLDEN WEALTH MANAGEMENT” ou “Sociedade”) foi constituída em 21 de março de 1991, sob a forma de sociedade anónima, tendo por objeto social a administração de valores mobiliários propriedade de terceiros e a prestação de serviços de consultoria de investimentos. A Sociedade tem a sua sede social na Avenida da Boavista, n.º 2427/29, no Porto.

Nos termos da legislação em vigor, a atividade da Sociedade encontra-se sob supervisão do Banco de Portugal e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios consagrados nas normas internacionais de contabilidade e de relato financeiro (IAS/IFRS), adiante designadas “NIC”, ao abrigo do determinado no artigo 4º - E do Regulamento da CMVM nº 1/2020, de 25 de Fevereiro.

Durante o exercício de 2022, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as NIC's, o Conselho de Administração da Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração da Empresa entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

1.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de aquisição pelo respetivo justo valor, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à transação, exceto no caso dos instrumentos financeiros cuja mensuração do justo valor seja efetuada através de resultados. Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias:

I. Ativos financeiros

i.1. Contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, registados nesta categoria no reconhecimento inicial. Esta categoria inclui depósitos bancários e valores a receber pela prestação de serviços.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos no balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

i.2. Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação.

Os outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados são mensurados ao justo valor, correspondente ao montante pelo qual um instrumento financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, permanecendo nesse caso registados ao custo de aquisição.

O justo valor é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente em resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados.

Em caso de evidência objetiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda é reconhecida nos resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise da existência de perdas por imparidade em outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

ii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros detidos pela Sociedade são registados na data de contratação ao respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes passivos são valorizados pelo custo amortizado.

b) Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

<u>Anos de vida útil</u>	
Obras em imóveis arrendados	10
Equipamento:	
Mobiliário	4 a 8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3 a 4
Equipamento de transmissão	3
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	5

O património artístico não é objeto de amortização. São obtidas avaliações para determinar se o património artístico pode estar em imparidade sempre que assim o mesmo for exigido ou quando haja algum fator extraordinário. Caso seja aplicável, estas avaliações determinam o correspondente registo de imparidade na demonstração de resultados.

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a aquisição de software, sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em média corresponde a um período de três anos. As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

d) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locação financeira se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e (ii) como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existem contratos de locação financeira.

e) Encargos com serviços e comissões

Os custos inerentes à angariação e fidelização de clientes são integralmente registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

f) Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira

Os câmbios utilizados para a conversão em Euros dos ativos e passivos incluídos no balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração do rendimento integral e nas carteiras de ativos sob gestão, originariamente expressos em moeda estrangeira, foram os publicados pelo Banco Central Europeu à data de 31 de dezembro de 2022.

Os proveitos e custos apurados nas diferenças de moeda são convertidos para Euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

g) Comissões

Os serviços prestados pela Sociedade são remunerados sob a forma de comissões de gestão e de consultoria, registadas na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 11).

De acordo com os contratos de gestão, não existe por parte da Sociedade qualquer garantia de rentabilidade do capital administrado.

A Sociedade auferir uma comissão de gestão fixa e uma comissão de gestão variável sobre os patrimónios geridos:

(i) componente fixa, anual, calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s), sobre o valor médio diário da carteira, tendo em consideração as entregas de novos fundos ou levantamentos dos existentes, em numerário ou em valores mobiliários;

(ii) componente variável (performance) é calculada e cobrada anualmente segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s) em função da rentabilidade anualizada (líquida da componente fixa), ponderada temporalmente pelas entradas e saídas de numerário e valores mobiliários, e incidirá sobre o capital médio investido na carteira desde o início do ano ou da data de início dos movimentos, quando esta não coincida com o início do ano.

h) Rubricas extrapatrimoniais

A atividade da Sociedade, gestão contratada de ativos, encontra-se relevada em rubricas extrapatrimoniais. Estas rubricas referem-se, essencialmente, às carteiras de ativos geridas pela Sociedade. Estas carteiras, para além de disponibilidades, contêm valores mobiliários. Os valores mobiliários sob gestão encontram-se relevadas ao valor de mercado ou pelo justo valor e as unidades de participação em fundos de investimento às cotações disponibilizadas pelas instituições financeiras e/ou pelas respetivas Sociedades Gestoras (Nota 20).

i) Julgamentos e estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

j) Gestão do Risco Financeiro

A atividade da Sociedade está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de taxa de câmbio e o risco de liquidez.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Sociedade, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas.

i. Risco de taxa de câmbio

A Sociedade transaciona títulos expressos em diversas moedas, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da Sociedade a flutuações cambiais.

A exposição da Sociedade ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, da faturação efetuada em moeda estrangeira (USD), a qual regularmente (em função do momento do recebimento) é transformada em Euros.

Face à reduzida dimensão dos saldos em moeda estrangeira, não foram efetuadas análises de sensibilidade às variações da taxa de câmbio.

ii. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade de a instituição dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A existência de liquidez na Sociedade implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a Sociedade maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

iii. Risco de crédito

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional da Sociedade.

k) Impostos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis. Já os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a sua recuperabilidade, o qual é determinado com base em projeções de evolução futura do negócio.

l) Rédito e especialização de exercícios

Na sua atividade de gestão de patrimónios, a Sociedade reconhece o rédito das comissões variáveis e fixas mensalmente, apesar do seu cálculo ser efetuado de acordo com a rentabilidade anual das carteiras e com o capital médio ponderado (respetivamente), sendo ajustado em conformidade com os valores anuais das mesmas.

As restantes receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento (Nota 7).

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação do Conselho de Administração da Sociedade.

m) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Sociedade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos pela Sociedade como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da sociedade ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

n) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Sociedade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“non adjusting events”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

1.3. ALTERAÇÕES DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício de 2022, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

1.4. INFORMAÇÃO COMPARATIVA

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são comparáveis em todos os aspetos relevantes com os valores do exercício de 2021.

2. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica diz respeito a depósitos à ordem junto de instituições de crédito nacionais.

3. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existem aplicações junto de outras instituições de crédito.

4. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas referem-se a obrigações que podem ser detalhadas como segue:

Títulos	Quantidade de valor nominal	Cotação 31.12.2021	Valor de Balanço 31.12.2021	Valor de Balanço 31.12.2020	Custo de aquisição
Obrigações do Tesouro - OT's 2,20% 10 2022	75 000	102,264%	77 037	79 313	80 617
Títulos	Quantidade de valor nominal	Cotação 31.12.2022	Valor de Balanço 31.12.2022	Valor de Balanço 31.12.2021	Custo de aquisição
Obrigações do Tesouro - OT's 4,95% 10 2023	75 000	101,76%	76 319	83 350	87 307
Obrigações do Tesouro - OT's 2,875% 10 2025	75 000	103,43%	77 573	0	76 238
Obrigações Tesouro			1 136		
			155 028		

5. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o movimento nos “Outros ativos tangíveis” e “Ativos intangíveis”, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	2022 Ativo bruto				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	
Ativos Intangíveis					
Sistema de tratamento automático de dados	211 883	28 900	-	-	240 783
	211 883	28 900	-	-	240 783
Outros Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	368 520	30 846	-	-	399 366
Mobiliário e material	150 093	-	-	-	150 093
Máquinas e ferramentas	13 494	-	-	-	13 494
Equipamento informático	217 218	23 916	-	-	241 134
Equipamento de Transmissão	3 440	-	-	-	3 440
Equipamento de Ambiente	23 106	-	-	-	23 106
Equipamento de Segurança	21 088	-	-	-	21 088
Património Artístico	237 375	-	-	-	237 375
	1 034 334	54 762	-	-	1 089 096
Total	1 246 217	83 662	-	-	1 329 879
Rubricas	2022 amortizações e perdas de imparidade				Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	
Ativos Intangíveis					
Sistema de tratamento automático de dados	171 182	29 842	-	-	201 024
	171 182	29 842	-	-	201 024
Outros Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	357 613	3 480	-	-	361 093
Mobiliário e material	141 633	-	-	-	141 633
Máquinas e ferramentas	13 494	-	-	-	13 494
Equipamento informático	198 037	25 542	-	-	223 579
Equipamento de Transmissão	3 424	-	-	-	3 424
Equipamento de Ambiente	10 300	-	-	-	10 300
Equipamento de Segurança	18 884	-	-	-	18 884
Património Artístico	-	-	-	-	0
	743 385	29 022	-	-	772 407
Total	914 567	58 864	-	-	973 431
Ativo Intangível Líquido					39 759
Ativo Tangível Líquido					316 686

RELATÓRIO & CONTAS 2022

Rubricas	2021		Alienações	Transferências e abates	Saldo final
	Ativo bruto				
	Saldo inicial	Aumentos			
Ativos Intangíveis					
Sistema de tratamento automático de dados	168 919	42 964			211 883
	168 919	42 964			211 883
Outros Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	361 050	7 470			368 520
Mobiliário e material	150 093				150 093
Máquinas e ferramentas	13 494				13 494
Equipamento informático	192 670	24 548			217 218
Equipamento de Transmissão	3 440				3 440
Equipamento de Ambiente	23 106				23 106
Equipamento de Segurança	21 088				21 088
Património Artístico	237 375				237 375
	1 002 316	32 018			1 034 334
Total	1 171 235	74 981			1 246 217

Rubricas	2021		Alienações	Transferências e abates	Saldo final
	amortizações e perdas de imparidade				
	Saldo inicial	Reforços			
Ativos Intangíveis					
Sistema de tratamento automático de dados	142 114	29 068			171 182
	142 114	29 068			171 182
Outros Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	355 392	2 221			357 613
Mobiliário e material	135 226	6 407			141 633
Máquinas e ferramentas	13 527	0		(33)	13 494
Equipamento informático	186 433	11 604			198 037
Equipamento de Transmissão	3 236	188			3 424
Equipamento de Ambiente	7 412	2 888			10 300
Equipamento de Segurança	18 682	202			18 884
Património Artístico	646	0		(646)	-
	720 554	23 510		(679)	743 385
Total	862 668	52 578		(679)	914 567
Ativo Intangível Líquido					40 701
Ativo Tangível Líquido					290 949

6. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos por impostos correntes são como se segue:

	2022	2021
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
Pagamento por conta/Pagamento especial por conta	-	-

Nos exercícios de 2022 e 2021, a Sociedade encontrou-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama e a taxa de imposto agregada foi de 22,5%.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2022 e 2021 pode ser demonstrada como segue:

	2022		2021	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de imposto		101 986		620 592
Prejuízos fiscais reportáveis utilizados		-		(306 228)
Imposto apurado com base na taxa nominal		22 766		72 459
Tributação autónoma		20 749		11 898
Outros (Derrama)		1 625		9 769
Imposto apurado com base na taxa efetiva	44,26%	45 142	27,28%	94 126
Do qual:				
Impostos correntes		45 141		94 126

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos poderão ser alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2017 a 2021 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de cinco anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os passivos por impostos correntes são como se segue:

	2022	2021
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
Estimativa de imposto a pagar do exercício	45 142	94 126

7. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outros ativos” pode ser detalhada como se segue:

	2022	2021
Devedores diversos:		
Clientes	909 730	1 082 603
Outros devedores	201 115	2 932
	1 110 845	1 114 429
Proveitos a receber:		
Comissões a receber	149 852	61 129
Juros a receber	-	-
	149 852	61 129
Despesas com encargos diferidos:		
Seguros	7 249	5 980
Rendas	23 175	12 700
Outros	26 776	33 225
	57 200	51 905
Outros ativos		
Impostos sobre valor acrescentado a recuperar	-	-
Pagamento por conta - IRC		
Outros	-	-
Outros ativos - adiantamentos a fornecedores	516 360	-
	516 360	-
Total	1 834 257	1 198 569

O saldo da rubrica de “Clientes” em 31 de dezembro de 2022 refere-se, essencialmente, às comissões devidas pelos mesmos relativamente a prestações de serviços efetuadas durante o mês de dezembro, as quais foram recebidas durante os primeiros dias de 2023 (Nota 1.2.g).

O saldo da rubrica “Comissões a receber” em 31 de dezembro de 2021 refere-se às comissões especializadas, mas ainda não faturadas aos clientes.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outros passivos” pode ser detalhada como se segue:

Fornecedores e outros credores		
Fornecedores	146 494	142 869
	147 630	142 869
Encargos a pagar:		
Gastos com pessoal	189 811	237 740
Outros custos administrativos	491 645	361 976
	681 456	599 716
Outras exigibilidades - Setor Público Administrativo		
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares		
Retenção na fonte	14 481	25 298
Contribuições para a Segurança Social	30 333	25 554
IVA - a pagar	29 486	49 892
Outras exigibilidades		
Outros credores	0	0
	74 300	100 744
	903 386	843 329

O saldo da rubrica “Fornecedores” tem maturidade até 3 meses.

8. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital da Sociedade era representado por 125.000 ações com o valor nominal de 5 Euros cada, integralmente subscrito e realizado.

9. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

O saldo desta rubrica é zero à data de 31 de dezembro de 2022.

10. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outras reservas e resultados transitados” tem a seguinte composição:

	2022	2021
Reserva legal	259 922	207 275
Resultados transitados	1 062 395	1 062 395
Total	1 322 318	1 269 670

A legislação vigente, aplicável à Sociedade, determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 5% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital. A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

11. RENDIMENTOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Sendo o objeto social da Sociedade a administração de bens por conta de terceiros e a prestação de consultoria em matéria de investimento, estes proveitos, registados sob a forma de comissões, representam aproximadamente 94,5% do total de proveitos imputados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

As comissões cobradas incidem sobre uma base representativa da carteira de cada cliente valorizada de acordo com os princípios acordados entre as partes. Desta forma, para efeitos de cálculo da comissão de gestão, os ativos que compõem as carteiras dos clientes são valorizados de acordo com o Aviso n.º 3/04 de 23 de junho, aplicável às sociedades gestoras de patrimónios (notas 1.2 g) e h)).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Comissões de gestão	3 298 569	3 776 841
Comissões relativas a serviços de consultoria	1 157 628	1 208 082
Total	4 456 197	4 984 923

12. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Comissões	(1 483 305)	(1 747 837)
Serviços bancários	(14 838)	(15 381)
Total	(1 498 143)	(1 763 218)

13. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Remunerações órgãos de gestão (Nota 14)	(93 193)	(94 341)
Remunerações colaboradores	(1 068 903)	(856 631)
Encargos sociais obrigatórios	(268 180)	(208 490)
Outros custos com pessoal	(11 743)	(18 918)
Total	(1 442 019)	(1 178 380)

O número médio de trabalhadores e administradores executivos ao serviço da Sociedade encontrava-se repartido da seguinte forma:

	2022	2021
Administradores executivos	2	3
Diretores	2	2
Pessoal técnico	23	21
Pessoal Administrativo	2	2
Total	29	28

14. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as remunerações e outros encargos correntes atribuídos aos membros do Conselho de Administração ascenderam a 93.193 Euros e 94.341 Euros, respetivamente (Nota 13).

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser discriminadas como segue:

Remunerações	2022	2021
ANS	55 839	55 997
JCM	16 415	19 172
SS	20 939	19 172
TOTAL	93 193	94 341

Em 31 de dezembro de 2022 e ao longo do exercício, não existiram adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade é a Luís Miguel Damas & Associados, SROC, Lda. que auferiu uma remuneração de 8.600 Euros pelo serviço de revisão legal de contas do exercício.

15. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Serviços especializados	(930 687)	(923 815)
Rendas e alugueres (Nota 17)	(175 428)	(166 200)
Deslocações e estadas	(281 898)	(147 026)
Rendas de locação operacional	(22 646)	(23 596)
Comunicações	(41 484)	(44 370)
Publicidade	(28 098)	(10 865)
Outros	(126 102)	(96 712)
Total	(1 606 343)	(1 412 584)

16. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica pode ser desagregada como segue:

	2022	2021
Contribuições para o sistema de indemnizações		(5 000)
Outros custos	(10 894)	(62 115)
	(10 894)	(67 115)
Cedência pessoal	229 426	107 026
Outros ganhos e rendimentos	23 444	23 272
	252 870	133 298
Total	241 976	63 183

17. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as transações realizadas com outras empresas do Grupo Golden Wealth Management, outras sociedades com acionistas comuns e com sociedades relacionadas foram como segue:

31.12.2022	SOLID	GB	GLD	SGF	Vintage	IMF	Vasco Freitas
Rendas e alugueres	(145 000)						
Custos com cedências de pessoal		(137 957)					
Comissões suportadas		(169 115)			(45 582)	(12 168)	(70 426)
Serviços especializados			(180 000)	30 000			
Rendimentos relativos a comissões				217 394			
Rendimentos relativos a cedencia de pessoal/outros		155 420		67 150			
Taxa de supervisão				10 603			
31.12.2021	SOLID	GB	GLD	SGF	Vintage	IMF	Vasco Freitas
Rendas e alugueres	(152 400)						
Custos com cedências de pessoal		(133 655)					
Comissões suportadas		(163 323)			(60 337)	(12 340)	(72 748)
Serviços especializados			(190 000)				
Rendimentos relativos a comissões				114 431			
Rendimentos relativos a cedencia de pessoal/outros		23 203		59 493			
Taxa de supervisão				5 853			

18. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	2022	2021
RL	56 845	526 466
Nº ações	125 000	125 000
resultado por ação	0,45	4,21

19. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 29 de junho de 2023. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

20. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Compromisso perante terceiros Resp. potencial para SII	165 128	142 679
Responsabilidade por prestação de serviços Valores administrados pela instituição (Nota 1.2.h)	524 427 986	462 114 109

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da rubrica “Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores” corresponde ao compromisso irrevogável que a Sociedade assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele sistema, em caso de acionamento deste, os montantes necessários para financiamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a Sociedade tinha dado em penhor a sua carteira de investimento em Obrigações do Tesouro cujo valor de mercado ascende a 155.022 Euros e 159.367 Euros, respetivamente (Nota 4).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos geridos pela Sociedade apresentam o seguinte detalhe:

	2022	2021
Obrigações, ações e ETF's	79 224 284	171 013 379
Organismos de Investimento Coletivo (OIC's)	209 836 362	248 370 209
Disponibilidades e Dep. Prazo	234 214 332	42 624 870
Outros instrumentos Financeiros	1 153 007	105 651
Total	524 427 986	462 114 109

Os ativos são valorizados de acordo com os critérios descritos na Nota 1.2.h).



**Golden Wealth Management – Empresa
de Investimento, S.A.**

Certificação Legal das Contas

31 de dezembro de 2022

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Golden Wealth Management - Empresa de Investimento, S.A. (a “Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 2.952.691 euros e um total de capital próprio de 2.004.163 euros, incluindo um resultado líquido de 56.845 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Golden Wealth Management - Empresa de Investimento, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui, ainda, a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 30 de junho de 2023

Luis Miguel Damas & Associados – SROC, Lda.
representada por:



Luis Miguel Damas
(ROC n.º 1326 / CMVM n.º 20160936)